

saúde

Senado aprova emenda que dá à Saúde mais R\$ 7 bilhões por ano

Marluza Mattos
De Brasília

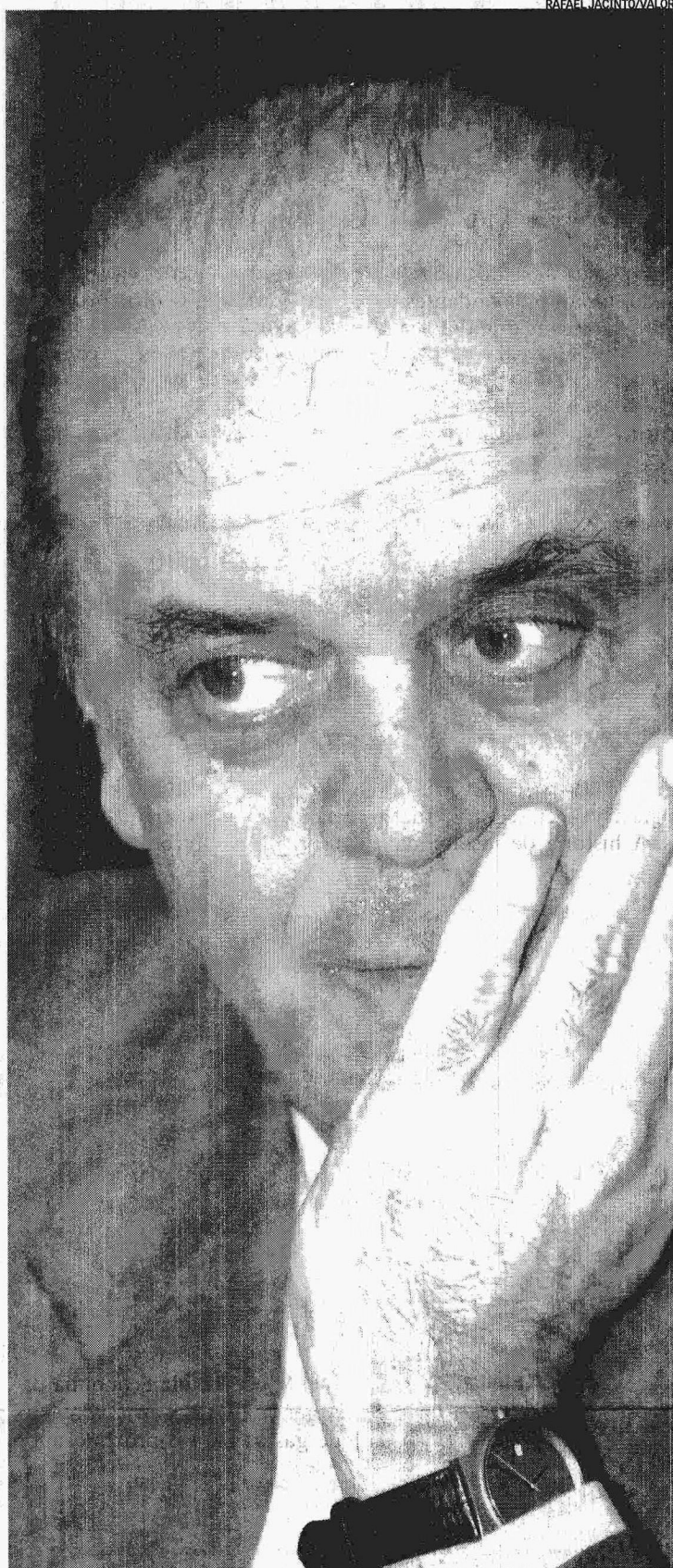
O plenário do Senado aprovou a Proposta de Emenda Constitucional que assegura um percentual mínimo de recursos da União, Estados e municípios para a Saúde. A vinculação, feita por intermédio de mudança na Constituição, representa um aumento de aproximadamente R\$ 7 bilhões para a área. Atualmente a Saúde recebe cerca de R\$ 33 bilhões, somados os recursos dos orçamentos das três esferas.

Promulgada a proposta, a Saúde passa a receber do governo federal 5% a mais do que recebeu no ano anterior. A esse valor ainda se soma a variação do Produto Interno Bruto (PIB). Aos Estados compete, segundo a proposta, investir 12% da arrecadação na Saúde, enquanto que os municípios terão de dispensar 15% dos valores obtidos pelo IPTU, ISS e ITBI. "É um momento histórico. Com essa medida estamos beneficiando 150 milhões de brasileiros que dependem do Sistema Único de Saúde", declarou o relator Antonio Carlos Valadares (PSDB-SE).

Já o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), um dos autores da proposta, reconhece que o aumento de recursos ainda é discreto. "No entanto, essa mudança é importante porque cria condições de definir no Orçamento o total de recursos para a Saúde. Com isso os secretários de Saúde estaduais e municipais saberão quanto têm para gastar no ano seguinte", disse o parlamentar paulista.

A alteração na Constituição foi aprovada no plenário com 67 votos favoráveis. Apenas dois senadores votaram contra o aumento de recursos para a Saúde: o senador Paulo Souto (PFL-BA), que defendia a impossibilidade de o Congresso legislar sobre orçamentos estaduais e municipais, e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que se enganou durante a votação. "Me atrapalhei, mas sou favorável à proposta", disse Alcântara, ao final da sessão. "Todos nós pagamos por nossos equívocos", rebateu o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Apesar de se manifestar a favor da proposta, Lúcio Alcântara divulgou um relatório sobre os gastos do governo federal com a



Serra: aprovação da emenda vai dar estabilidade ao orçamento do setor

Saúde, sugerindo que os percentuais definidos na proposta eram injustos para com as administrações estaduais e municipais. "A regra para Estados e municípios é mais rígida e rigorosa do que para a União. O governo federal gasta 5% a 7% do seu orçamento

com a área e impõe que os Estados gastem 12% de sua arrecadação, ao final da aplicação da proposta", destacou.

Durante a tramitação da proposta no Congresso, vários governadores, inclusive o do Ceará, Tasso Jereissati, a quem Alcântara

é ligado, procuraram os parlamentares na tentativa de convencê-los a rejeitar a proposta.

Os governadores da Bahia, da Paraíba, do Piauí, de Sergipe, de São Paulo, do Paraná e do Ceará foram alguns dos que trabalharam contra a proposta, já que, com ela, teriam que aumentar seus repasses para a Saúde. A resistência à mudança constitucional nas prefeituras municipais era menor, segundo esclareceu Valadares. O relator citou os resultados de uma pesquisa feita em aproximadamente 1550 municípios brasileiros: as administrações municipais já dedicam, em média, 16% do seu orçamento atual para a Saúde.

Alcântara e Valadares concordam que a pressão popular por mais recursos para a Saúde pesou na decisão do plenário. "Levamos em conta a posição dos governadores. No entanto, nem todos concordam em votar contra uma medida como essa no plenário, com a repercussão que ela tem", argumentou Alcântara. O senador cearense recebeu no início da tarde de ontem um telefonema de solidariedade, pelo voto errado, do ministro da Saúde, José Serra, que defendeu a proposta como um dos principais programas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Serra, a aprovação da emenda vai significar mais estabilidade no orçamento do setor. Segundo o ministro, "a área da Saúde tem sofrido muito, já que à cada crise econômica no país, a principal área de corte é a da Saúde porque é o maior item de despesa do governo federal", disse o ministro.

Apesar do empenho do ministro, no dia 26 de junho, o presidente da República vetou o artigo 48 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2001, que sugeria que a proposta orçamentária do próximo ano tivesse para a Saúde recursos em valor correspondente a 5% a mais do que foi gasto pelo governo em 1999 mais o crescimento do PIB. "Se forem destinados recursos para a Saúde nos níveis estipulados pelo artigo 48 do projeto de lei estará sendo comprometida a realização de ações nas demais áreas do governo", diz o texto que explica as razões do veto, publicado no Diário Oficial. (Com agências noticiosas)